

## Mulheres na ciência: uma análise sobre as pesquisas e pesquisadoras do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural

### RESUMO

**Érica Arruda Peluzio**

E-mail:  
ericapeluzio@yahoo.com.br  
FACISA- UNIVIÇOSA, Viçosa,  
Minas Gerais, Brasil

**Parley Lopes Bernini da  
Silva**

E-mail: parleysilva@gmail.com  
Universidade Federal de Santa  
Catarina, Florianópolis, Santa  
Catarina, Brasil

**Sheila Maria Doula**

E-mail:sheiladoula@gmail.com  
Universidade Federal de  
Viçosa, Viçosa, Minas Gerais,  
Brasil

O estudo analisa a participação de mulheres como discentes, docentes e tema de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (PPGER-UFV), entre os anos de 1968 e 2018. Utiliza-se como metodologia a revisão bibliográfica e pesquisa documental do acervo disponibilizado na secretaria do programa. Foram analisados títulos, palavras-chave, resumos, orientador(a)s e autor(a)s das teses e dissertações defendidas no período. Os resultados apontam maior participação das mulheres como discentes e docentes, corroborando tendências nacionais. Como tema, observou-se a atribuição de novos papéis sociais à mulher rural, atualmente interpretada como agente do desenvolvimento rural sustentável.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pós-graduação. Mulher. Extensão Rural.

## INTRODUÇÃO

A atuação da mulher no campo da ciência e da tecnologia não é um tema novo em pesquisas e, em sua maioria, elas apontam que a inserção feminina neste campo tem causas complexas de ordem sociocultural e econômica. No lento processo de consolidação e reconhecimento social da ciência, período demarcado entre os séculos XVI e XVIII, poucas mulheres exerciam funções consideradas importantes, cabendo a elas apenas a atuação nos bastidores e mesmo com “suas qualidades e competências, não lhes era permitido o acesso às intensas e calorosas discussões que aconteciam nas sociedades acadêmicas e científicas” (LETA, 2003, p. 271). Assim, o campo científico foi construído sob a regência das representações sociais mais amplas sobre a atribuição de papéis masculinos e femininos nas esferas pública e privada.

Na atualidade, Fiuza *et al.* (2016) ressaltam que tais diferenças não se refletem apenas no aspecto quantitativo de gênero, mas também no âmbito da atuação e dos cargos que homens e mulheres ocupam durante sua trajetória acadêmica. As autoras consideram que, na academia, há influência dos papéis sexuais socialmente atribuídos, pois “os homens pesquisadores teriam uma perspectiva e/ou uma possibilidade de formação profissional continuada em função das perspectivas socialmente existentes, que vinculam suas funções laborais à esfera pública.” (FIÚZA *et al.*, 2016, p. 810), enquanto o investimento da mulher na carreira profissional científica não seria incentivado, posto que seus papéis sociais a orientam para a esfera privada.

Lima *et al.* (2015) destacam que, além de as mulheres ingressarem no sistema de pesquisa pelo menos cinco anos mais tarde em comparação aos homens, a duplicidade de tarefas que são atribuídas a elas (tarefas domésticas e meio acadêmico) resultam em desvantagem na competição profissional. Essa desvantagem também foi ressaltada por Melo (2010), pois no Brasil as taxas de escolaridade feminina foram historicamente menores e a formação científica e tecnológica exige muitos anos de estudo e pesquisa; não obstante, há ainda a dificuldade em conciliar vida familiar e profissão como cientista (MELO, 2010). Mesmo com os avanços conquistados recentemente, Ellis (2003) resalta a diferença da atividade científica das demais carreiras, pois esta possui uma estrutura e uma cultura organizacional que dificultam a promoção profissional da mulher, que ainda tem menor representatividade em cargos de maior prestígio e poder.

Apesar da configuração histórica que marca a desigualdade de gêneros quanto à escolaridade e à carreira acadêmica e da validade dos argumentos apresentados pelos autores supracitados, há que se destacar que, pela primeira vez, em 2017, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) apontou que o número de mulheres na pós-graduação foi cerca de 15% maior que o número de homens, o que nos desafia a novas pesquisas sobre essa inversão da representatividade numérica da presença feminina, dos resultados profissionais dessa maior escolaridade e do perfil temático, teórico e conceitual de suas produções científicas. No entanto, a própria Capes alertou que esse aumento não permite apontar uma tendência, pois ainda permanece a desigualdade de gêneros nas áreas de conhecimento, pois continuam como “tradicionalmente” masculinas as áreas de Engenharias, Computação e Ciências Exatas e da Terra (CAPES, 2017).

Em concordância, Janayna Avelar Motta (2018, p. 44) indica que as decisões profissionais são estrutural, cultural e institucionalmente influenciadas pela sociedade, “destacando o peso das normas e valores como parâmetros definidores das opções profissionais realizadas pelos indivíduos”. Logo, a estrutura social guiaria o papel profissional dos sujeitos, não partindo essa escolha de uma decisão pessoal, mas de normas, valores, pertencimento a uma classe social, raça e gênero (NUNES; OLIVEIRA, 2017).

Com base nessas considerações iniciais, este artigo objetiva analisar a presença da mulher na pós-graduação, tendo como *locus* de pesquisa o Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural que pertence ao Departamento de Economia Rural (DER) da Universidade Federal de Viçosa-MG (UFV). A escolha desse programa se justifica por sua vinculação institucional ao Centro de Ciências Agrárias, historicamente marcado pela presença majoritariamente masculina.

### **Extensão rural: formação e atuação da mulher extensionista**

O termo Extensão Rural será focalizado neste trabalho como uma política de intervenção social no meio rural, implementada no Brasil em 1948, e como termo que nomeia um programa de pós-graduação, criado em 1968, como forma de capacitar os (as) extensionistas e suas práticas no campo. Como política, a extensão rural foi criada a partir de convênio entre o Governo do Estado de Minas Gerais e a *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), visando implementar no Brasil um sistema de assistência técnica com base na comunicação e transmissão linear do conhecimento científico e tecnológico aos pequenos produtores para a adoção de métodos mais eficientes de administração da propriedade rural. O projeto político da Extensão Rural tinha como justificativa as precárias condições de vida no meio rural brasileiro, que resultariam da limitada informação do produtor sobre cuidados e administração da produção agrícola, influenciando negativamente o desenvolvimento da agricultura e indústria nacional (FONSECA, 1985).

As primeiras equipes a percorrer o território mineiro contavam com profissionais especialistas em agricultura (agrônomos), mulheres especializadas em Economia Doméstica e um jipe para organizar palestras e reuniões (FONSECA, 1985). Às mulheres da equipe, especificamente, cabia prestar assistência às esposas dos produtores e ensinar os cuidados relativos à alimentação, hortas domésticas e produção caseira de roupas. Este modelo hierarquizava os saberes do agrônomo em relação aos saberes da economista doméstica, visto que, a “tarefa primordial estava colocada ao agrônomo e às ‘modernas técnicas de cultivo’ que ele levava para ‘iluminar’ a vida dos homens do campo” (PINHEIRO, 2015, p. 06); a ele cabia a efetivação da principal “missão extensionista”, enquanto a economista doméstica desempenhava a tarefa secundária de ensinar a mulher rural (esposa do produtor rural) a cuidar do bem-estar, higiene e saúde da família.

A princípio, as extensionistas rurais recebiam formação em Economia Doméstica em nível universitário, seguindo técnicas estadunidenses. Somente em 1951, os governos brasileiro e norte-americano firmaram parceria para fornecimento de técnicos especializados em Economia Doméstica para lecionar na Universidade Rural de Minas Gerais, atual UFV. No ano seguinte, foi inaugurada

nesta instituição a Escola Superior de Ciências Domésticas para atender às demandas da Extensão Rural brasileira (FONSECA, 1985).

É importante salientar que a extensão rural se orientava pela divisão sexual do trabalho no campo, posto que os técnicos agrônomos prestavam atendimento ao público masculino, os “chefes de família”, para a modernização da produção econômica e das decisões administrativas (SILVA, 2008), enquanto a economista doméstica “educava” o público feminino para o cuidado da família e da casa, reforçando o papel reprodutor da mulher rural. Verifica-se que para a “missão extensionista”, os agentes de extensão validavam em sua prática os estereótipos criados em torno das tarefas que cabem a mulheres e homens e que, como apontam Fiuza *et al.* (2016), tais moldes também estavam presentes no ensino superior, a exemplo dos cursos de Agronomia e Economia Doméstica, reforçando atributos e introjetando símbolos e códigos tidos como típicos de cada sexo.

Esse modelo de atuação, vigente entre 1970 e 1990 com algumas reformulações, bem como a visão sobre o papel da mulher como público beneficiário da extensão, foi reformulado no início do século XXI, notadamente com a formulação em 2003 da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Além de uma nova perspectiva de desenvolvimento rural que fosse menos desigual e excludente, a PNATER procurou atender às reivindicações dos agricultores e agricultoras, dando mais visibilidade ao trabalho da mulher e sua participação nos espaços produtivos e sociais. De acordo com o art. 3º da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, são princípios da PNATER a “equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia” (BRASIL, 2010). Andrea Butto e Isolda Dantas (2011, p. 102) apontam nas diretrizes da PNATER “a necessidade de criar mecanismos específicos que pudessem garantir efetivamente que a perspectiva de gênero não apenas fosse incorporada, mas que se tornasse um elemento constituinte da própria política.”

Como informado anteriormente, a Extensão Rural no Brasil também engloba cursos de pós-graduação com o mesmo nome. Atualmente, dois cursos mantêm essa nomenclatura, o da Universidade Federal de Viçosa, criado em 1968, e o da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, criado em 1975. Como analisam Doula e Souza (2006), esses cursos surgiram no período de mais intensa modernização da agricultura brasileira, chamada de Revolução Verde<sup>1</sup>, e foram marcados, inicialmente, pela perspectiva difusionista das inovações tecnológicas no espaço rural. No entanto, adequando-se às mudanças sociais e às novas políticas públicas de extensão rural, a área tem reformulado seu modelo de atuação com vistas a capacitar os discentes para interpretar e agir não só na dimensão técnica, mas “incorporando aos seus conteúdos um conjunto pluralista de abordagens de extensão, que levam em conta o novo contexto agrário, econômico e social sobre o qual atuam ou irão atuar os extensionistas” (DOULA; SOUZA, 2006, p. 285).

O Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGER) está vinculado ao Departamento de Economia Rural (DER) e ao Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Viçosa (CCA-UFV). O programa recebeu aceite para o Mestrado pelo Conselho Universitário em novembro de 1967 e deu início às atividades em 1968. Em março de 2011, recebeu aprovação para o curso de Doutorado, por meio da Portaria nº 982, de 26 de julho de 2012. É importante salientar que até o ano de 2018 foram defendidas 526 dissertações e 12 teses e

que, neste mesmo ano, o Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGER) completou 50 anos (PROGRAMA, 2020).

Desde o início, o curso contou com a presença de mulheres orientadoras, contribuindo para que incluísse, em 2006, a temática de gênero em uma de suas disciplinas, denominada “Gênero, Ciência e Tecnologia para o meio rural”, ministrada por uma professora e orientadora. Ressalta-se ainda que a Universidade Federal de Viçosa teve vinte e dois (22) reitores desde 1929 e apenas uma (1) mulher, em 2011, se tornou reitora e outra atua como vice-reitora a partir de 2019.

## **METODOLOGIA**

Dois procedimentos foram utilizados na pesquisa: a revisão bibliográfica e a pesquisa documental. Raupp e Beuren (2006) apontam que a pesquisa bibliográfica busca explicar um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos e conhecer ou analisar as contribuições culturais ou científicas do passado, dando, assim, embasamento teórico para a pesquisa ao reunir conhecimento sobre a temática estudada.

Para a coleta de dados foi utilizada a Pesquisa Documental junto à Secretaria do PPGER. Raupp e Beuren (2006) abordam que a pesquisa documental se baseia em materiais que não foram estudados ou receberam tratamento analítico e que se vale de materiais que ainda não receberam análise aprofundada. Nesse tipo de pesquisa se tem o documento como objeto (SÁ-SILVA *et al.*, 2009); no caso em análise foram consideradas as informações sobre a composição de aluno(a)s, títulos das dissertações e teses, orientador(a), temáticas e distribuição temporal dos temas mais investigados.

Os dados foram analisados quantitativamente e qualitativamente pelo método da análise de conteúdo (BARDIN, 1977), que consiste em quatro etapas: 1) Organização – avaliação do material utilizado (dissertações e teses); 2) Codificação – unidade de registro (mulher pesquisadora e mulher rural como objeto de pesquisa); 3) Categorização – agrupamento de elementos efetuado em razão dos caracteres comuns dos elementos, aqui utilizado a categorização semântica; e 4) Inferência – análise e conclusão dos dados. Para a análise foram considerados os títulos, palavras-chave e resumos das dissertações e teses defendidas durante o período de 1969 a 2019.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Foram defendidas 565 dissertações e teses no programa no período de 1969 a 2019, sendo 546 dissertações do mestrado e 19 teses do doutorado. Dessas, 281 (267 dissertações e 13 teses) foram defendidas por mulheres, enquanto 284 (278 dissertações e 6 teses) por homens. O Quadro 1 identifica a distribuição da autoria feminina e masculina dos trabalhos defendidos durante as cinco décadas de funcionamento do PPGER.

Quadro 1 – Número de mulheres e homens autor(a)es por década

	MULHERES	HOMENS
Primeira década (1969-1978)	10	63
Segunda década (1979-1988)	28	60
Terceira década (1989-1998)	55	32
Quarta década (1999-2007)	68	47
Quinta década (2008-2019)	120	82

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Embora no número total de trabalhos defendidos se possa argumentar certo equilíbrio entre homens e mulheres, verifica-se que, historicamente, o número de dissertações defendidas por mulheres começa a aumentar na terceira década.

A análise de títulos e resumos das dissertações e teses resultou em quatro grandes temáticas abordadas pelas mulheres pesquisadoras do programa: 1) Assistência técnica e adoção de tecnologia; 2) Desenvolvimento social rural/qualidade de vida; 3) Mulher rural; e 4) Juventude rural. Essas temáticas foram construídas a partir da explicitação de conceitos, palavras-chave e entendimento do conteúdo dos resumos, ressaltando-se que os termos sofreram variação no período em análise em virtude do surgimento ou refinamento teórico das categorias analíticas utilizadas nos trabalhos.

Na primeira década (1969-1978) analisada (Quadro 1), foram defendidas 10 dissertações elaboradas por mulheres. Os principais temas abordados estão relacionados ao desenvolvimento social, qualidade de vida rural, educação e ensino rural, seguido de trabalhos sobre adoção de tecnologia (Quadro 2). O tema de adoção de tecnologia nas pesquisas reflete a prática em campo da Extensão Rural no período, com enfoque na modernização do processo produtivo (RODRIGUES, 1997), na comunicação e transmissão linear do conhecimento científico com foco no desenvolvimento agrícola e de cuidados, bem como no papel da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) nesses processos.

Já os trabalhos elencados na temática do Desenvolvimento Rural, cinco abordam a mensuração e a promoção da qualidade de vida da família rural e dois focalizam ensino e educação, enfatizando a baixa escolarização das populações rurais. Verifica-se nessa década que temáticas de pesquisas desenvolvidas pelas mulheres estão vinculadas ao cuidado e à qualidade de vida da família rural e ratificam os estereótipos atribuídos e introjetados como típicos do sexo feminino (SILVA, 2008; FIÚZA *et al.*, 2016).

Quadro 2 – Temáticas desenvolvidas por pesquisadores de 1969 a 1978

TEMÁTICAS	TERMOS/CONCEITOS	DISSERTAÇÕES/TESES
Assistência técnica e adoção de tecnologia	Capacitação de mão de obra; desenvolvimento agrícola; Difusão de tecnologia; EMATER; Mecanização agrícola	3
Desenvolvimento social rural/Qualidade de vida	Nível de vida; fatores socioeconômicos; fatores sociopsicológicos; ensino técnico e acadêmico; analfabetismo	7

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Na segunda década (1979-1988), 28 dissertações foram defendidas por pesquisadoras e o termo “Mulher Rural” foi especificamente explicitado numa dissertação abordando o papel da mulher rural na economia doméstica. Seu desenvolvimento e pioneirismo, por sua vez, realizou-se com a orientação de uma pesquisadora. A temática “Desenvolvimento social rural/Qualidade de vida” permaneceu em evidência, com prevalência de termos ligados à promoção de cuidados, saúde, nutrição, educação e condições de vida.

Esses dados permitem corroborar para o período que a participação feminina na academia estava relacionada tematicamente à área de cuidados (FONSECA, 1985; LIMA *et al.*, 2015) e na caracterização do trabalho da mulher rural como assistência familiar/doméstica. Assim, é possível notar a reprodução social da representação da mulher como cuidadora por parte das mulheres pesquisadoras. A década anterior e a segunda década diferem principalmente na quantidade de trabalhos em cada categoria e é importante salientar o aumento de mulheres pesquisadoras a partir de então (Quadro 3).

Quadro 3 – Temáticas desenvolvidas por pesquisadores de 1979 a 1988

TEMÁTICAS	TERMOS/CONCEITOS	DISSERTAÇÕES/TESES
Assistência técnica e adoção de tecnologia	Perdas na comercialização; cultura inovadora; modernização da agricultura; difusor de tecnologia.	8
Desenvolvimento social rural/Qualidade de vida	Condições de vida; mudanças socioculturais; qualidade de vida; integração social; escolas; repetência escolar, prática pedagógica.	19
Mulher rural	Papel da mulher na economia doméstica.	1

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

A categoria 1 da terceira década é contemplada por dissertações que se referem à modernização do campo, sistemas alternativos de produção, políticas públicas, assentamentos da reforma agrária e busca de novos meios de persuasão dos agricultores familiares para a adoção de tecnologias modernas. Também se verifica o fortalecimento da vertente de trabalhos dedicados à educação (Categoria 2), tanto dos agricultores como das crianças assentadas, dando início

aos debates sobre a ausência de escolas nos assentamentos e a necessidade de deslocamento das crianças e jovens às cidades para a continuidade dos estudos.

Nessa categoria questiona-se a qualidade do ensino no meio rural, a mudança na proposta pedagógica das escolas rurais e a prática difusionista da própria extensão rural, sob a influência teórica de Paulo Freire (DIAS, 2007). Tematiza-se ainda o estado nutricional, o desempenho escolar e a relação saúde/doença do sujeito rural, articulando-se um conjunto de investigações que apontam a ausência, fragilidade ou ineficácia das políticas públicas de educação e saúde para o campo.

Nota-se ainda a emergência do termo “agricultura familiar”, criado a partir de demandas dos movimentos e organizações sociais ligados aos trabalhadores rurais. A categoria mulher rural foi contemplada por 2 trabalhos relacionados ao empoderamento político e econômico da mulher e estudo das relações de gênero, sendo ambas as dissertações orientadas por mulheres.

Quadro 4 – Temáticas desenvolvidas por pesquisadoras de 1989 a 1998

TEMÁTICAS	TERMOS/CONCEITOS	DISSERTAÇÕES/TESES
Assistência técnica e adoção de tecnologia	Modernização da agricultura; ciências agrárias; adoção de tecnologia; produção científico-tecnológica, problemas ambientais	11
Desenvolvimento social rural/Qualidade de vida	Estado nutricional; práticas nutricionais; desenvolvimento de comunidade; socialização; sociabilidade; demanda de vestuário; escola; Escola Família Agrícola; proposta pedagógica; proteção intelectual	36
Mulher rural	Mulheres; Mulheres Trabalhadoras Rurais; gênero	2

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

A quarta década é marcada pela grande frequência da pauta ambiental na categoria 1, verificada pelo uso do conceito de desenvolvimento sustentável, a valorização do trabalho e dos saberes do agricultor familiar e a proteção dos conhecimentos tradicionais. Vale destacar que, nessa década, o Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92, na qual tiveram prioridade as críticas ao modelo de desenvolvimento alicerçado no crescimento econômico, ao uso de agrotóxicos e defensivos agrícolas, aos pacotes tecnológicos de modernização do campo e seus efeitos de degradação ambiental e humana. Como afirma Waldeman (1992), a Eco-92 espelhou a variedade de proposições e vertentes do ambientalismo, a participação dos agentes da sociedade civil e a midiática dos problemas ambientais. O impacto desses debates no âmbito da Extensão Rural pode ser avaliado pela interpretação crítica que as pesquisadoras elaboraram sobre a adoção de tecnologias modernizadoras, o papel das Ciências Agrárias em um novo projeto de



desenvolvimento e a transmissão verticalizada da produção científico-tecnológica produzida nas universidades e centros de pesquisa aos agricultores, tarefa essa desempenhada pelos extensionistas.

Também se verifica nesse período, o aumento de pesquisas que problematizam as condições da mulher rural em esferas consideradas tipicamente femininas (nutrição e vestuário, por exemplo), mas também em sua condição reconhecida de trabalhadora rural. Este dado pode estar relacionado aos debates sobre a revisão ou criação de uma nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural que fomentassem o desenvolvimento rural sustentável, com menos desigualdade e exclusão, com maior visibilidade do trabalho da mulher e sua participação nos espaços produtivos, sociais e políticos, notadamente em movimentos sociais que começaram a abrir espaços participativos para coletivos femininos (BRUNO; DANTAS, 2011).

As demandas por uma PNATER atualizada e as influências da Eco-92 também fomentaram o aumento no número de trabalhos relacionados ao desenvolvimento rural que contempla a categoria 3.

Quadro 5 – Temáticas desenvolvidas por pesquisadoras de 1999 a 2007

TEMÁTICAS	TERMOS/CONCEITOS	DISSERTAÇÕES/TESES
Assistência técnica e adoção de tecnologia	Engenheiros-agrônomo; modernização no campo; nova economia institucional; informação técnica; reforma agrária; acesso ao mercado; difusão de tecnologia; EMATER; EMBRAPA; inovação biotecnológica; metodologias participativas; escolas; Pedagogia, educação	14
Desenvolvimento social rural/Qualidade de vida	Representação social; Desenvolvimento Rural; desenvolvimento sustentável; consumo de alimentos; agricultura familiar; cultura; população local; migração e reprodução social; violência no espaço rural; políticas públicas; envelhecimento rural	47
Mulher rural	Mulheres; Mulheres Trabalhadoras Rurais; gênero; empoderamento; autônoma; jovens negras	6
Juventude rural	Jovens rurais	1

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

A temática 1 desenvolvida na quinta década apresenta como principal objeto de pesquisa políticas públicas específicas, notadamente as intervenções do Estado no âmbito rural, seja por meio de ações regionais das agências governamentais de pesquisa agropecuária (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA), seja por meio das unidades regionais das agências de Extensão Rural (EMATER). A analítica tem como referência a nova economia

institucional, que destaca “a importância das instituições no processo de desenvolvimento, criando e moldando as trajetórias do desenvolvimento” (SIMAN *et al.*, 2006, p. 49).

As condições básicas do sujeito rural envolvendo seu bem-estar físico, psicológico, social, econômico e político se destacaram na categoria 2, em trabalhos que envolvem “modos de vida”, “saúde da família”, “participação social e política”, “sucessão familiar”. Embora esses termos tenham sido abordados anteriormente, nesta década eles assumem importância como indicadores de desenvolvimento sustentável e como temas orientadores de políticas públicas e ações institucionais. Novos atores sociais e coletivos ganham destaque nas temáticas 3 e 4.

A categoria 3 (Mulher rural) é contemplada por pesquisas relacionadas ao enfrentamento da violência contra mulheres rurais e as ações realizadas pelas instituições formais de atendimento e encaminhamento das mulheres em situação de vulnerabilidade, invisibilidade econômica e política. As pesquisadoras destacam que a contribuição econômica das mulheres rurais, em grande medida, permanece oculta (identificada como “ajuda”) e, por isso, elas tendem a buscar alternativas de geração de renda, o que poderia ser facilitado com ações da Extensão Rural.

Também é possível inferir que essa invisibilidade escamoteia a jornada dupla de trabalho, ou seja, por um lado, a mulher rural é responsável pelos cuidados e pelo trabalho doméstico na família e, por outro lado, assume também o papel de contribuinte na renda familiar.

É válido ressaltar que os trabalhos questionam o papel secundário da mulher na composição da renda familiar, o papel econômico principal atribuído ao homem como “chefe de família”, apontando a desigualdade de gênero que permeia, inclusive, as políticas públicas de crédito e financiamentos bancários. O aumento de pesquisas sobre a mulher rural no PPGER pode estar relacionado à criação da disciplina Gênero, Ciência e Tecnologia para o meio rural, à formulação da PNATER, aos resultados dos debates da Eco-92 e do eco feminismo e também à emergência de movimentos sociais de mulheres rurais.

Na quarta categoria há pesquisas relacionadas a representações sociais, à memória e emoções, à valorização social do campo e projetos de vida, bem como à política de interiorização do ensino superior. Apenas na quinta década o segmento juvenil rural ganhou enfoque nas pesquisas.

Quadro 6 – Temáticas desenvolvidas por pesquisadoras de 2008 a 2019

TEMÁTICAS	TERMOS/CONCEITOS	DISSETAÇÕES/TESES
Assistência técnica e adoção de tecnologia	Gestão cooperativa; Cooperativismo; reforma agrária; reserva extrativista; agroecologia; sustentabilidade; estratégias de acesso a mercado; assistência técnica; agrotóxicos.	30
Desenvolvimento social rural/Qualidade de vida	Meios de vida; agricultores familiares; transmissão do saber fazer; modos de vida rural; valorização da cultura; idosos; escolas; conhecimentos e práticas tradicionais; quilombolas; educação; cotidiano; escola rural; saberes e práticas docentes, desenvolvimento sustentável/local.	68
Mulher rural	Mulheres no espaço público; agricultora; violência contra as mulheres; reprodução das assimetrias de gênero; empoderamento	7
Juventude rural	Jovens rurais; juventude e territorialidades; processos de sucessão familiar; acesso à educação; juventude e cultura; trabalho, representações sociais.	13
Desenvolvimento social rural/Qualidade de vida	Meios de vida; agricultores familiares; transmissão do saber fazer; modos de vida rural; valorização da cultura; idosos; escolas; conhecimentos e práticas tradicionais; quilombolas; educação; cotidiano; escola rural; saberes e práticas docentes, desenvolvimento sustentável/local.	68
Mulher rural	Mulheres no espaço público; agricultora; violência contra as mulheres; reprodução das assimetrias de gênero; empoderamento	7

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Na quinta década foi defendida a primeira tese no PPGER, elaborada e orientada por mulheres. Como demonstrado no Quadro 1, nesse período, o número de discentes mulheres no programa aumenta consideravelmente, assim como a diversidade de objetos de investigação. Os resultados do Quadro 6 apontam para uma amplitude de atores sociais rurais, até então invisibilizados nas pesquisas, mas que passaram a ser beneficiários não apenas de políticas públicas específicas (quilombolas, pescadores artesanais, mulheres e jovens rurais, extrativistas), mas que também foram incluídos na nova PNATER como público a ser atendido pelos serviços públicos de Extensão Rural.

Verifica-se que as instituições investigadas (cooperativas, agências públicas de extensão, ongs, escolas) são atualmente aquelas que possibilitam a inserção dos extensionistas rurais no mercado de trabalho. De acordo com Doula e Souza (2006, p. 290), a formação acadêmico-profissional da pós-graduação em Extensão Rural “é altamente reconhecida e pode ser atestada pela rápida absorção dos alunos egressos, que encontram facilmente colocação seja em órgãos governamentais, Organizações Não-governamentais (ONGs), cooperativas e também nas universidades”.

Os dados do Quadro 6 também permitem entrever as influências da reorientação das linhas de pesquisa que o PPGER-UFV realizou nesta última década, quando passou a compreender “a Extensão principalmente a partir da Sociologia Rural e da Antropologia Social Rural, concentrando-se principalmente no estudo das instituições, agentes sociais, cultura e construção de saberes no meio rural” (DOULA; SOUZA, 2006, p. 287). Termos como meios de vida, valorização da cultura, transmissão do saber fazer, conhecimentos e práticas tradicionais, empoderamento e representações sociais mostram que o programa e suas pesquisadoras focalizam outras variáveis do desenvolvimento rural sustentável, que não estritamente econômicas, e que priorizam dimensões macrossociológicas e locais do desenvolvimento.

Para finalizar, destaca-se que a presença das mulheres como orientadoras no PPGER iniciou-se na segunda década de funcionamento do programa e das 281 dissertações e teses defendidas por mulheres nessas cinco décadas, 107 foram orientadas por mulheres e 174 por homens.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos conteúdos explicitados nos títulos, palavras-chave e resumos das dissertações e teses defendidas no PPGER da UFV entre 1969 e 2019 aponta para maior representatividade masculina no programa nas duas primeiras décadas, tendo este cenário se modificado nas décadas seguintes, acompanhando tendências nacionais de acesso feminino no nível de pós-graduação.

O número de mulheres no corpo discente aumentou expressivamente, tornando-se maioria principalmente na última década analisada; porém, ainda assim, no total há mais dissertações e teses defendidas por homens, ainda refletindo a discrepância criada nas duas primeiras décadas, quando 38 mulheres e 123 homens defenderam suas dissertações, e nas três décadas seguintes, quando 143 mulheres e 161 homens defenderam dissertações e teses no Programa.

Logo, entende-se que, apesar das mudanças socioculturais, os homens permanecem ocupando mais espaço na história da pós-graduação em Extensão Rural, corroborando a prevalência masculina nas Ciências Agrárias, fato já apontado pela principal agência de fomento da pós-graduação no país.

Durante as cinco décadas de funcionamento do PPGER, do total de dissertações e teses, 16 (dezesseis) focalizaram especificamente a mulher rural como tema de investigação, mas entre os demais trabalhos, as mulheres rurais podem ter sido pesquisadas sob termos genéricos, tais como população rural, extrativistas ou juventude rural. Ao todo, 278 dissertações e teses foram defendidas por homens e dessas, apenas duas tiveram como objeto de investigação a mulher rural. Portanto, apesar de poucos trabalhos abordando a

mulher rural, verifica-se uma tendência histórica de mulheres investigarem mulheres rurais no programa.

É possível verificar que as pesquisas desenvolvidas por mulheres no PPGER acompanharam as transformações vividas pela mulher rural nas últimas cinco décadas. As dissertações produzidas nas duas primeiras décadas tematizavam a prestação de assistência voltada à alimentação, educação, saúde da família e produção de roupas, cabendo à mulher o papel secundário e passivo nas esferas econômica e social. As décadas seguintes apontaram para a valorização cultural e simbólica do campo e para a participação política, social e econômica de outros segmentos sociais rurais, tais como a mulher e a juventude, que passaram a ser reconhecidos como atores sociais importantes, demandantes e beneficiários de políticas públicas específicas, e cuja implementação exige um reordenamento das instituições atuantes no meio rural. Nesse novo contexto, a mulher passa a ser estudada em seu papel de agente do desenvolvimento rural sustentável, particularmente na valorização de conhecimentos tradicionais, adoção de modelos agroecológicos de produção e formas associativas na condução de interesses comunitários.

As temáticas Desenvolvimento social rural/Qualidade de vida, Mulher Rural e Juventude Rural adquiriram relevância nas dissertações e teses mais recentemente e uma das justificativas ampara-se na reformulação da PNATER e suas novas diretrizes para a atuação dos extensionistas rurais. A promoção do desenvolvimento rural sustentável, da agricultura familiar, da produção agroecológica, da igualdade de gênero, raças e etnias são objetivos centrais da política pública de extensão recente, ressaltando-se que as novas metodologias utilizadas pelo(a)s extensionistas deve priorizar processos dialógicos e participativos de educação e formação das populações rurais.

Entretanto, dadas as incertezas do presente momento político, não é possível fazer qualquer prospecção sobre o futuro da extensão rural no país, pois por um lado verifica-se a crescente valorização das commodities e do agronegócio e, por outro, a pressão dos países importadores em relação à preservação ambiental, ao conceito de desenvolvimento atualmente em voga e aos direitos dos povos tradicionais, inclusive indígenas que a PNATER introduziu como novo público do serviço de ATER.

A partir dessas reorientações, também é possível perceber que temas como educação, saúde, alimentação, presentes nas dissertações e teses do PPGER em cinco décadas, também passaram por ressignificações. Ao contrário das duas décadas iniciais do programa, quando a alimentação e a saúde eram abordadas como uma função doméstica e familiar a cargo das mulheres, em trabalhos recentes se observa uma leitura diferente, posto que a produção agroecológica de alimentos e remédios é, segundo o texto da PNATER, uma atividade geradora de renda para as mulheres, além de ser um dos fios condutores do desenvolvimento rural sustentável.

Ressalta-se, finalmente, que um dos limites da presente pesquisa se refere à dificuldade de mapear e avaliar a atuação profissional das mulheres egressas da pós-graduação em Extensão Rural. Em 2021, o PPGER-UFV promoveu uma primeira iniciativa com esse intuito, convidando os/as egressos/as para um evento online. Os resultados, não separados por gênero, apontam que os/as participantes do evento informaram ter seguido a área acadêmica (mestres cursando o nível de doutorado ou atuando como professores/as), seguido da atuação como extensionistas em cooperativas. Esses resultados apontam para a necessidade de

novas pesquisas sobre, principalmente, três aspectos: a efetiva aplicabilidade dos conhecimentos teórico-científicos da pós-graduação em uma prática extensionista; o protagonismo feminino como profissional extensionista, outrora alcançado e atualmente pouco investigado e, finalmente, sobre os gargalos da atuação feminina na extensão rural em órgãos governamentais de ATER.

Assim, se a produção acadêmica feminina no PPGER tem acompanhado analiticamente as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais promovidas ou alcançadas pelas mulheres rurais, bem como as políticas públicas e arranjos institucionais que promovem tais mudanças, fica como agenda para futuras pesquisas investigar como esse conhecimento acumulado tem se traduzido na promoção de modificações no campo científico e nas configurações de gênero na academia e também como tal conhecimento pode promover um diálogo maior entre mulheres pesquisadoras e populações pesquisadas.

# Women in science: an analysis of the research and research of the Post-graduation Program in Rural Extension

## ABSTRACT

The study analyzes the participation of women as students, teachers and research themes in the Postgraduate Program in Rural Extension of the Federal University of Viçosa between the years 1968 and 2018. The methodology used is the bibliographic review and documentary research of the available collection at the PPGER-UFV Secretariat. Titles, keywords, abstracts, advisor (s) and author (s) of the theses and dissertations defended in the period were analyzed. The results point to a greater participation of women as students and teachers, corroborating national trends. As a theme, the assignment of new social roles to rural women was observed, currently interpreted as an agent of sustainable rural development.

**KEYWORDS:** Graduate. Woman. Rural Extension.

# Mujeres en ciencia: uma análise over as pesquisas and pesquisadoras do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural

## RESUMEN

El estudio analiza la participación de mujeres como estudiantes, maestras y tema de investigación en el Programa de Posgrado en Extensión Rural de la Universidad Federal de Viçosa entre los años 1968 y 2018. La metodología utilizada es la revisión bibliográfica y la investigación documental de la colección disponible en el Secretaría PPGER-UFV. Se analizaron títulos, palabras clave, resúmenes, asesor (es) y autor (es) de las tesis y disertaciones defendidas en el período. Los resultados apuntan a una mayor participación de las mujeres como estudiantes y maestras, corroborando las tendencias nacionales. Como tema, se observó la asignación de nuevos roles sociales a las mujeres rurales, actualmente interpretadas como un agente de desarrollo rural sostenible.

## NOTAS

<sup>1</sup> Tendo início na década de 1960 é considerada como um pacote de difusão de tecnologias, a “Revolução Verde” permitiria um considerável aumento na produção agrícola, principalmente em países menos desenvolvidos, através da modernização tecnológica, disseminação de sementes e adoção de maquinários (SERRA *et al.*, 2016). Pode ser caracterizado como um modelo tecnológico advindo da evolução de conhecimentos químicos e biológicos que resultou na adoção de insumos agrícolas, tais como fertilizantes e pesticidas (OCTAVIANO, 2010). Atualmente, esse modelo tem sido fortemente criticado por suas externalidades negativas na esfera ambiental e social

<sup>2</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## REFERÊNCIAS

Bardin, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL, Constituição Federal. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. **Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm). Acesso em: 30 mar. 2020.

BRUNO, Andrea; DANTAS, Isolda (Orgs.) **Autonomia e Cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres do meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Mulheres são maioria na pós-graduação brasileira**, 2017. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/36-noticias/8315-mulheres-sao-maioria-na-pos-graduacao-brasileira>. Acesso em: 22 jul. 2020.

DIAS, Marcelo Miná. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 18, n. 2, p. 11-21, 2007.

DOULA, Sheila Maria; SOUZA, Renato Santos de. A pós-graduação em Extensão Rural no Brasil: dificuldades e perspectivas. **Debates**. R B P G, Brasília, v. 3, n. 6, p. 282-299, 2006. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/download/111/105>. Acesso em: 30 mar. 2020.

ELLIS, Patrícia. Women in science-based employment: What makes the difference? **Bulletin of Science, Technology & Society**, 23, 10-16, 2003.



FONSECA, Maria Teresa Lousada. **Extensão Rural no Brasil – Um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; PINTO, Neide Maria de Almeida; COSTA, Elenice Rosa. Desigualdades de gênero na universidade pública: a prática dos docentes das ciências agrárias em estudo. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 803-818, jul./set. 2016.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**, v. 17, n.49, 2003.

LIMA, Betina Stefanello; BRAGA, Maria Lúcia de Santana; TAVARES, Isabel. Participação das mulheres nas ciências e tecnologias: entre espaços ocupados e lacunas. **Revista Gênero**, v. 16, n.1, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rg.v16i1.74>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MELO, Hildete Pereira de. Um olhar de gênero sobre o sistema de concessão de bolsas de pesquisa no CNPq – 2001-2008. In: **2º Encontro Pensando Gênero e Ciências. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa**. Presidência da República: Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.

MOTTA, Janayna Avelar. **Mecanismos de reprodução das assimetrias de gênero no campo acadêmico**: a formação universitária e a atuação profissional no centro de ciências agrárias da universidade federal de viçosa –MG, 2018. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

NUNES, Claudio Pinto; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Trabalho, carreira, desenvolvimento docente e mudança na prática educativa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 66-80, mar. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-9702201604145487>. Acesso em: 27 mar. 2020.

OCTAVIANO, Carolina. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **Com Ciência**, n.120, 2010. Disponível em: [http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-76542010000600006&lng=pt](http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000600006&lng=pt). Acesso em: 27 mar. 2020.

PINHEIRO, Camila Fernandes. Mulheres e Extensão Rural no Brasil (1948-1970). In: **XXVIII Simpósio Nacional de História**, 2015. Florianópolis, SC. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945028\\_1f035e5e63c23bc3c1d439d05cc47407.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945028_1f035e5e63c23bc3c1d439d05cc47407.pdf). Acesso em 31 mar. 2020.

PROGRAMA de Pós-graduação em Extensão Rural. **Histórico**. Disponível em: <http://www.posextensaorural.ufv.br/?pageid=49>. Acesso em: 31 mar. 2020.

RAUPP, Fabiano Maury; BAUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais, 2006, p. 76-97. In: BEUREM, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2006.

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 14, n. 1, 1997. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/87857/1/Conceitodeseletividade.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2020.

SERRA, Letícia Silva; MENDES, Marcela Ruy Félix; SOARES, Maria Vitória de Araújo. A.; MONTEIRO, Isabela Pearce. Revolução Verde: reflexões acerca da questão dos agrotóxicos. **Revista Científica do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB**, n.4, v. 1, 2016. Disponível em: [http://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/6461/material/revolu%C3%A7%C3%A3o\\_verde\\_e\\_agrot%C3%B3xicos\\_-\\_marcela\\_ruy\\_f%C3%A9lix.pdf](http://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/6461/material/revolu%C3%A7%C3%A3o_verde_e_agrot%C3%B3xicos_-_marcela_ruy_f%C3%A9lix.pdf). Acesso em: 01 mar. 2020.

SILVA, Elizabete. A (in)visibilidade das mulheres no Campo Científico. **Democratizar**, v. 2, n.1, 2008.

SIMAN, Renildes Fortunato; CONCEIÇÃO, Octavio AC; FILIPPI, Eduardo Ernesto. A economia institucional: em busca de uma teoria do desenvolvimento rural. **Perspectiva Econômica**, v. 2, n. 2, p. 37-55, 2006. Disponível em: [http://www.revistas.unisinos.br/index.php/perspectiva\\_economica/article/view/4367](http://www.revistas.unisinos.br/index.php/perspectiva_economica/article/view/4367). Acesso em: 29 jun. 2020.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe Guindani. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, n. 1, v.1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 01 mar. 2020.

WALDEMAN, Maurício. A Eco-92 e a necessidade de um novo projeto. **Ecos da Rio-92: geografia, meio ambiente e desenvolvimento em questão**. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros–Seção Fortaleza, 1992.

**Recebido:** 10/07/2020.

**Aprovado:** 09/06/2021.

**DOI:** 10.3895/cgt.v15n45.12729

**Como citar:** PELUZIO, Érica Arruda; SILVA, Parley Lopes Bernini da; DOULA, Scheila Maria. Mulheres na ciência: uma análise sobre as pesquisas e pesquisadoras do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 15, n. 45, p. 64-81, jan./jul. 2022. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

